

ANEXO III

PLANO DE GESTÃO CONTRATUAL

1 – O plano de gestão contratual tem como objetivo expor, em linhas gerais, as diretrizes de gestão, execução e fiscalização contratual, as quais serão realizadas pelos fiscais e pelos gestores da contratação, durante a vigência contratual, sem prejuízo dos itens constantes em contrato.

2 – Gestores e Fiscais: Tanto a gestão quanto a fiscalização dos serviços serão efetuadas pelos servidores lotados na Seção de Transportes e Expedição, os quais terão como principais atividades zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais e serão o principal elo entre a empresa e a Administração.

3 – Fase prévia à execução:

a) Após a assinatura do instrumento contratual, o gestor realizará reunião inaugural com a empresa Contratada, para a leitura do contrato, instruções relativas aos serviços e sanar eventuais dúvidas.

b) Ao final da reunião será redigida Ata com os principais temas abordados e encaminhada à empresa para assinatura. Em se tratando de reunião virtual, esta poderá ser gravada e, do mesmo modo, após o fim, será realizada Ata para assinatura da empresa.

4 – Fase de execução do contrato:

a) A fiscalização se dará, inicialmente, com o cadastramento dos usuários e início de operação do sistema

b) No que tange à solução como um todo, haverá fiscalização contínua, se a contratada está cumprindo as solicitações contidas em contrato. Quaisquer situações que não estejam de acordo serão reportadas à contratada para as providências cabíveis.

c) A contratação contará com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), o qual possuirá critérios objetivos de avaliação e tem como objetivo apurar se os serviços foram realizados na melhor qualidade possível.

d) No IMR não serão considerados itens caracterizados como de descumprimento contratual (sendo, nesse caso, aberto processo administrativo para tratar do tema), mas somente sobre aquelas falhas relacionadas à execução dos serviços, as quais, embora não as impeçam, afetam a qualidade esperada.

e) Ao final de cada mês o fiscal preencherá o IMR, enviando-o à contratada. Caso existam ocorrências no IMR, que resultem em glosa no pagamento à Contratada, esta será informada pelo fiscal da contratação neste momento. Caso o IMR não seja preenchido, considerar-se-á que o serviço apresentou o nível máximo de qualidade, não havendo descontos a serem feitos da contratada.

f) A avaliação efetuada por meio do IMR não significará dispensa de processo administrativo, o qual poderá ser aberto para aplicação de sanções pelo inadimplemento da Contratada, em conformidade com os fatos geradores, tipificados no instrumento contratual.

g) A partir do recebimento do IMR, a Contratada deverá emitir documento fiscal dos serviços prestados, de acordo com o valor indicado pelo gestor, realizado com base na avaliação realizada.

h) O documento fiscal deverá ser encaminhado ao gestor, o qual efetuará a conferência se os valores apresentados estão de acordo com o que está disposto no contrato e nos relatórios de utilização.

i) Caso o documento fiscal e a documentação enviada estiverem de acordo poderão seguir para pagamento, caso contrário o gestor solicitará à Contratada as alterações, ou complementações, necessárias, que possibilitem o encaminhamento para pagamento.

5 – Do processo administrativo:

a) Os descumprimentos contratuais realizados pela Contratada, que não estejam dispostos no IMR, serão tratados por meio de processo administrativo específico, o qual terá como objetivo a apuração da responsabilidade e eventuais aplicações de sanções, se for o caso.

b) Caso a avaliação efetuada pelo IMR resulte em desconto superior a 20% (vinte por cento) no mês ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além da glosa efetuada pelo IMR, poderá ser aberto processo administrativo visando à aplicação das sanções previstas em contrato.

c) No caso de o processo administrativo culminar em multa, o valor desta poderá ser descontado da primeira fatura a que a Contratada fizer jus.

6 – Coleta e Tratamento de Dados Pessoais: Somente serão necessários os dados para formalização contratual.